

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Os quatro anos de política de saúde do Governo têm tido um impacto muito negativo na prestação de cuidados de saúde na região de Viseu. Se as cativações orçamentais limitaram o investimento público em infraestruturas e atrasaram as obras de ampliação da Urgência polivalente do Hospital de São Teotónio, as más opções e acordos políticos de esquerda impediram uma resposta de melhor qualidade às doenças do foro oncológico com o adiamento *sine die* da construção do centro oncológico de Viseu.

Há sucessivos casos que nos preocupam e que se têm tornado públicos ao nível da insatisfação dos recursos humanos. São notícias que demonstram um grande descontentamento dos diferentes profissionais de saúde em relação às condições de trabalho e à qualidade da resposta dos diferentes serviços. Ainda há menos de um mês assistimos à demissão de algumas chefias no Serviço de Medicina Interna, sem que para tal houvesse uma palavra do Governo para tranquilizar os utentes e resolver os problemas dos profissionais. De remedeio em remedeio, lá se vai empurrando o Serviço Nacional de Saúde para níveis de duvidosa qualidade de resposta. Pese embora o esforço de profissionais competentes e dedicados, a verdade é que a situação que se vive no Centro Hospitalar Tondela Viseu é humanamente insustentável e politicamente inaceitável.

Agora fomos confrontados com a rutura de mais um Serviço. Segundo responsáveis da ordem dos médicos, a falta de oncologistas e de condições físicas condignas para que os utentes possam receber os tratamentos, no CHTV, colocam em causa a qualidade do Serviço de Oncologia e, para nós, trata-se de mais uma afronta e um desrespeito do Governo para com os utentes do CHTV e para o interior do país.

É incompreensível que se deixe chegar ao limite estas situações. Sabemos que é normal haver dinâmicas que obrigam a alterações na gestão das instituições, o que não compreendemos, nem aceitamos é que o Conselho de Administração e o Governo não respondam com a rapidez e a eficácia que estas situações impõem. Ao que se sabe, este constrangimento era do conhecimento de todos e arrastou-se no tempo sem qualquer justificação. Sabemos também que tudo seria evitável se o Governo não tivesse negligenciado a construção do centro oncológico.

Estas situações, para além de serem uma preocupação, levam à perda de confiança por parte

das populações numa instituição que ainda é uma referência na região e no país. Exige-se, portanto, ao Governo, a sua rápida resolução.

Assim e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se a V. Exa. que diligencie, junto da Senhora Ministra da Saúde, a resposta às seguintes questões:

1. Há quanto tempo se encontra o serviço de oncologia a trabalhar nestas condições?
2. Quando teve o Governo conhecimento e que medidas foram tomadas para ultrapassar os constrangimentos?
3. Segundo o sindicato, a falta de oncologistas não tem permitido a realização de mais primeiras consultas de oncologia, nem aceitar mais utentes para tratamento de quimioterapia, levando, inclusive, à suspensão de cirurgias oncológicas. Que resposta tem garantido o Governo para estas lamentáveis situações?
4. Como referimos, a criação do Centro Oncológico é a resposta para estes constrangimentos. Como e quando vai ser feito e qual a fonte de financiamento prevista pelo Governo para a sua concretização?

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2019

Deputado(a)s

PEDRO ALVES(PSD)

ANTÓNIO LEITÃO AMARO(PSD)

INÊS DOMINGOS(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

ISAURA PEDRO(PSD)